

A INFLUÊNCIA DA DENSIDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DE CASCAVEL/PR

FIGUEIREDO, Maria Paula Fontana¹
DIAS, Solange Smolarek Dias²
MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata³

RESUMO

O tema da presente pesquisa é a influência da densidade urbana no processo de desenvolvimento urbano, tendo como estudo de caso a cidade de Cascavel/PR. Partindo do seguinte problema: –Pode o processo de desenvolvimento urbano ser impactado pela densidade urbana?, o objetivo do trabalho foi verificar como a densidade urbana atua sobre o processo de desenvolvimento da cidade de Cascavel. A hipótese levantada foi que a baixa densidade urbana possivelmente prejudique o desenvolvimento. Os métodos utilizados para a estruturação do trabalho foram: método indutivo e método monográfico, que, juntos, a partir de revisões bibliográficas, apresentaram conceitos de densidade urbana e de desenvolvimento urbano de maneira a fundamentar as análises, feitas a partir do método quali-quantitativo. Esse procedimento permitiu o cruzamento das conclusões assegurando que os dados não sejam produtos de uma situação particular, quantificando-os e qualificando os fatos observados na pesquisa. Os objetivos da pesquisa foram atingidos.

PALAVRAS-CHAVE: Densidade urbana. Desenvolvimento urbano. Planejamento urbano. Cascavel/PR.

THE INFLUENCE OF DENSITY IN THE URBAN DEVELOPMENT PROCESS: THE CASCAVEL/PR CASE

ABSTRACT

The theme of the present research is the influence of urban density on the urban development process, having as a case of study the city Cascavel in Paraná state, Brazil. Starting from the problem: - Can the process of urban development be impacted by urban density?, the main objective of the study was to verify how the urban density acts on the development process of the city of Cascavel. The hypothesis raised was that the low urban density possibly impairs development. The methods used for the structuring of the work were: inductive method and monographic method which, together, based on bibliographical reviews, presented concepts of urban density and urban development in order to base the analyzes, based on the qualitative-quantitative method. This procedure allowed the conclusions to be crossed, ensuring that the data are not products of a particular situation, quantifying them and qualifying the facts observed in the research. The objectives of the research were achieved.

KEYWORDS: Urban density. Urban development. Urban planning. Cascavel/PR.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada à etapa de defesa de Trabalho de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG. Insere-se na linha de pesquisa intitulada “Planejamento Urbano” e, nesse assunto, tem por tema a influência da densidade urbana

¹ Acadêmica de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG, formando em 2018. E-mail: mariapaulafigueiredo@hotmail.com

² Professora orientadora da presente pesquisa. Doutora em Engenharia de Produção pela UFSC; mestre em Letras pela UNIOESTE; graduada em Arquitetura pela UFPR. Pesquisadora líder dos Grupos de Pesquisa: Teoria da Arquitetura; História da Arquitetura e Urbanismo; Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional; Teoria e Prática do Design. Docente do Centro Universitário FAG e da Faculdade Dom Bosco. E-mail: solange@fag.edu.br

³ Professor coorientador da presente pesquisa. Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Professor do Centro Universitário FAG e da Faculdade Dom Bosco. E-mail: eduardo@fag.edu.br

no processo de desenvolvimento urbano, propondo compreender seu reflexo na cidade de Cascavel/PR. Para isso, delimitou-se a análise do perímetro urbano do distrito sede de Cascavel da década de 1970 a 2017.

O estudo, com esse foco na questão da densidade urbana, justifica-se pela sua importância social, econômica e político-administrativa para a cidade de Cascavel. Estima-se que o município possua atualmente 319.608 mil habitantes (IBGE, 2017b), em uma área urbana de 102,07 km² (CASCABEL, 2016), de maneira que essa relação e sua configuração enquanto metrópole⁴ tornam oportuno um estudo sobre sua densidade. Com isso se pretende que os resultados da pesquisa possam enriquecer o debate sobre o planejamento urbano e o desenvolvimento de uma metrópole. Isso posto, problema da pesquisa foi assim estabelecido: –Pode o processo de desenvolvimento urbano ser impactado pela densidade? Quanto a isso, levantou-se a hipótese de que a baixa densidade urbana possivelmente prejudique o desenvolvimento.

O objetivo geral do trabalho consistiu em verificar como a densidade urbana atua sobre o processo de desenvolvimento da cidade de Cascavel. Os objetivos específicos foram: i) apresentar os conceitos de densidade urbana e de desenvolvimento urbano; ii) estudar casos de metrópoles com destaque no seu desenvolvimento urbano; iii) explanar o processo de desenvolvimento de Cascavel; iv) compreender as dinâmicas responsáveis pela condição da densidade urbana de Cascavel; e v) relacionar a densidade urbana com o desenvolvimento urbano de Cascavel. A pesquisa se desenvolveu a partir do seguinte marco teórico:

As cidades densas, através de um planejamento integrado, podem ser pensadas tendo em vista um aumento de sua eficiência energética, menor consumo de recursos, menor nível de poluição e, além disso, evitando sua expansão sobre a área rural. Por estas razões, acredito que devemos investir na idéia [sic]⁵ de 'cidade compacta' - uma cidade densa e socialmente diversificada onde as atividades econômicas e sociais se sobreponham. (GUMUCHDJIAN; ROGERS, 2001, p. 33).

⁴ Para o presente estudo considerou-se "metrópole" de acordo com a conceituação de Hardt, Hardt e Pellizzaro (2008, p. 2), apresentada na revisão bibliográfica, que contextualizam a evolução da metrópole pela origem do termo na Grécia Antiga (cidade-mãe), não possuindo, num primeiro momento, citando Francisconi e Souza (1976), "aspectos intra-urbanos" [sic] ou dimensionais da cidade, mas suas funções em um sistema de cidades. Nesse caso, a metrópole era o *locus* do poder político, social e econômico, ou seja, era a cidade que dominava as demais. Os autores complementam que essa significação evoluiu, incorporando fatores internos à cidade, criando a consciência de que existem problemas metropolitanos.

⁵ A inclusão do "[sic]" indica que a palavra está com a grafia anterior a 2009 (ver ano de edição do texto citado). Alterações ortográficas foram implantadas a partir de 2009, especialmente em acentuação gráfica (que é o caso da palavra "ideia") ou de uso do hífen (em outros casos).

2. METODOLOGIA

O método escolhido para o desenvolvimento trabalho é o indutivo que, de acordo com Gil (2008, p. 10), parte do particular e, a partir da observação de fatos cujas causas deseja conhecer, chega-se a uma generalização. Em conjunto, foi utilizado o método monográfico, que, por sua vez, parte do princípio de que um estudo de caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros (GIL, 2008, p. 16-18). Também se recorreu à revisão bibliográfica com o intuito de fundamentar os elementos de análise e, conforme explica Goldenberg (2004, p. 79), de situar as preocupações teóricas da pesquisa, destacando as categorias centrais usadas por diferentes autores.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 DENSIDADE URBANA

O termo "densidade urbana" se refere à relação entre a área de uma determinada parcela urbanizada e o número de pessoas que nela habitam. Essa relação pode ser expressa em habitantes por quilômetro quadrado ou habitantes por hectare. Neste estudo, conforme apresentado posteriormente na metodologia, passa a ser utilizada a relação entre número de habitantes e área de um hectare.

De acordo com Acioly e Davidson (1998, p. 10), as densidades urbanas tanto afetam os processos de desenvolvimento urbano quanto são afetadas por fatores como a ineficiência da gestão e do planejamento urbano. Dessa forma, pode-se considerar a densidade um importante indicador de parâmetro de desenho urbano a ser utilizado no processo de planejamento.

A densidade urbana, até meados do século XIX, era um fator resultante dos processos complexos do desenvolvimento das cidades, como as técnicas de construção, restrições legais, aspectos culturais, entre outros, afirmam Alejandro, Silva e Silva (2016).

Para Leonardi (2007, p. 145), a combinação de rápida acumulação no estágio extensivo com crescimento demográfico e maquinofatura requeria concentração espacial. Isso abriu caminho para as aglomerações urbanas sem regulação nem planejamento. Nas cidades brasileiras, o crescimento se deu, na maioria das cidades, de maneira rápida e extensiva. Bezzon (2008, p. 110) afirma que, na espontaneidade do crescimento urbano das cidades brasileiras, há extensões imensuráveis que

geraram inúmeros problemas urbanos e sociais, considerando a demanda por habitação, por saúde e por serviços básicos. Além disso, a ausência do controle urbanístico, segundo Maricato (2013, p. 39), ou flexibilização radical da regulação nas periferias, convive com a relativa “flexibilidade” dada pela pequena corrupção na cidade legal.

Nesse sentido, Davechi (2014, p. 86) afirma que, para muitos, adensamento demográfico tem uma conotação negativa associada a saturação e a insalubridade, porém, quando esse adensamento for bem planejado, pode propiciar economia de terra, de infraestrutura e de energia. Uma cidade mais densa e pouco espalhada pode evitar a invasão das áreas rurais, trazendo benefícios ecológicos e, através de um planejamento integrado, pode ser pensada tendo em vista um aumento de sua eficiência energética, menor consumo de recursos, menor nível de poluição, afirma Mestriner (2008, p. 53).

Sobre o tema, Miana (2010), em conformidade com a premissa do marco teórico, afirma que na cidade compacta a proximidade de usos e funções permite que o transporte público tenha massa crítica para se manter, assim a maioria dos cidadãos tem acesso à cidade.

Em continuidade, Mestriner (2008, p. 60) associa os grandes problemas urbanos à falta de continuidade, de maneira que o vazio de uma região sem atividades ou moradias pode se somar ao vazio de terrenos baldios. O autor afirma que as áreas residuais metropolitanas devem suportar os novos projetos urbanos e articular as novas territorialidades. Dessa forma, aponta o vazio urbano e o terreno vago como instrumento potencial para a construção do novo espaço público. Ainda sobre a questão da continuidade, Mascaró e Mascaró (2001) afirmam que as cidades brasileiras sofrem da falta de continuidade da malha urbana, resultante da existência de vazios urbanos dentro da área urbanizada, de maneira que, nesses casos, o custo da terra tende a ser baixo e o padrão de desenvolvimento é economicamente insuficiente, tornando-o indesejável.

No âmbito social, Miana (2010, p. 79) expõe que a separação entre pessoas com rendas diferentes, na cidade compacta, é menor que na cidade difusa, pois as urbanizações da cidade dispersa são ocupadas segundo a renda, provocando essa segregação social, que aumenta com o uso quase exclusivo do espaço público pelos residentes da urbanização.

No tópico da especulação imobiliária vale citar a lei do IPTU progressivo no tempo, instrumento que, segundo Maricato (2013, p. 91), é uma variável do IPTU⁶ que se presta mais como instrumento urbanístico do que fiscal. De acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2015), a lei do IPTU será aplicada à propriedade

⁶ Imposto Predial e Territorial Urbano. O imposto, de competência dos municípios sobre a propriedade predial e territorial urbana, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município. (BRASIL, 1966).

que não cumprir sua função social, de forma progressiva, isto é, terá a alíquota aumentada pelo prazo de cinco anos consecutivos. Decorrido esse prazo sem que o proprietário cumpra o parcelamento, o município poderá desapropriar o imóvel

Entre os elementos que podem influenciar e até auxiliar no adensamento das cidades está a verticalização dos edifícios que, de acordo com Rolnik (2014), pode ser um importante instrumento para promover condições para que mais pessoas morem em áreas da cidade com melhores graus de urbanidade, acesso a empregos e equipamentos e serviços públicos.

Miana (2010, p. 83) articula conceitos a favor da verticalização dizendo que oferece vantagens indiscutíveis, como a maior presença de espaços abertos de domínio público nos lotes urbanos. A autora afirma que o uso público do nível térreo em edifícios altos tem sido revivido com sucesso em projetos europeus que enfatizam o transporte público em detrimento do automóvel.

Para Arruda (2017), “[...] a densidade urbana é a chave de todos os problemas de uma cidade”. Quando a densidade é equilibrada, os serviços urbanos são mais próximos e custam menos. Em contrapartida, quando a densidade é pouca, a mobilidade se torna ruim e onerosa, e os serviços não atendem à totalidade da população. Afirma que a cidade ideal é aquela onde a densidade é acompanhada de uma compacidade onde todos os lotes são ocupados e os serviços essenciais estão próximos das moradias, existindo assim condições de usar a cidade caminhando⁷.

Grandes áreas urbanas não ocupadas são também responsáveis pela baixa densidade e, para Mascaró e Yoshinaga (2005, p. 197), elas fazem elevar os custos para as prefeituras, que precisam fornecer serviços de manutenção para essas áreas, como pavimentação e limpeza. Os autores afirmam ainda que essas áreas não ocupadas oneram também as empresas de infraestrutura e abastecimento de água e energia elétrica, que se obrigam a estender as redes.

3.2 DESENVOLVIMENTO URBANO E METRÓPOLE

O termo "desenvolvimento urbano" traz consigo significados que, inicialmente, segundo Souza (1998, p. 9), estavam ligados à modernização da cidade, ou seja, à transformação do espaço urbano a fim de adaptá-lo à modernidade através de obras viárias e de embelezamento, melhoria dos transportes, etc.

Atualmente, a ótica modernista é superada pelo paradigma da sustentabilidade, que, no âmbito

⁷ Segundo Ghidini (2011), o conceito de caminhabilidade está relacionado à qualidade do lugar, que permite a todos os pedestres acesso às diferentes partes da cidade. Além disso, a caminhabilidade é um importante fator que pode contribuir com a recuperação da escala humana e humanização das cidades.

espacial, de acordo com Oliveira (2002, p. 43), consiste no tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e dos assentamentos humanos. Oliveira (2002, p. 40) afirma ainda que desenvolvimento é o crescimento transformado com o fim de satisfazer necessidades do ser humano, como saúde, educação, habitação, transporte, etc. Segundo o autor, o desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de mudanças e de transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.

No cenário brasileiro é importante destacar a existência de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, cuja formulação aconteceu inicialmente em 2003, na 1^a Conferência Nacional das Cidades. Essa política possui temas estruturantes e eixos que podem se resumir em: participação social, habitação, saneamento, mobilidade e informação. Destacando-se que a discussão não acontece no âmbito das políticas sociais, mas daquelas relacionadas ao ambiente urbano (BRASIL, 2004, p. 8). Dessa forma, as diretrizes definidas na 1^a Conferência Nacional das Cidades visavam principalmente a formulação, a implementação e a avaliação da PNDU e das políticas fundiárias, de habitação, de saneamento e de mobilidade, articulando-as com a política urbana e implementando a estrutura institucional necessária para a respectiva efetivação (BRASIL, 2004, p. 79).

Ressalta-se ainda que a Constituição Federal de 1988, no capítulo III, artigo 182, parágrafo 1º, torna obrigatório o Plano Diretor Municipal para cidades com mais de vinte mil habitantes, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 1988). O chamado plano diretor é um documento construído com a participação popular na sua elaboração, acompanhamento e revisão até, por fim, aprovação por lei municipal (DIAS et al., 2005, p. 101), cujas funções são apresentadas na Lei Complementar nº 91, de 23 de fevereiro de 2017, que “estabelece diretrizes para o desenvolvimento da cidade e das sedes dos demais distritos administrativos e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do município” (CASCAVEL, 2017).

Em um contexto global, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD atua em diversos países com o fim de diminuir as desigualdades e de desenvolver políticas voltadas para o desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável e a governança democrática são duas das principais áreas de atuação do programa (PNUD, 2017), que visa, além da questão urbana, a questão humana. Para isso, o principal indicador de desenvolvimento no qual o PNUD se baseia é o

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano⁸.

Por fim, deve-se considerar que o desenvolvimento denominado sustentável se preocupa com os assentamentos humanos no presente e para o futuro. Gheno (2009, p. 25) afirma que a ideia é que o desenvolvimento econômico e o social estejam equilibrados, conceito esse que pode ser transportado à noção de desenvolvimento urbano. Para a autora, o desenvolvimento de um determinado setor não deve acontecer às custas da degradação de outro.

Hardt, Hardt e Pellizzaro (2008, p. 2) contextualizam a evolução da metrópole pela origem do termo na Grécia Antiga (cidade-mãe), não possuindo, num primeiro momento, citando Francisconi e Souza (1976), “[...] aspectos intra-urbanos [sic] ou dimensionais da cidade, mas suas funções em um sistema de cidades. Neste caso, a metrópole era o *locus* do poder político, social e econômico, a cidade que dominava as demais”. Os autores complementam que essa significação evoluiu, incorporando fatores internos à cidade, criando a consciência de que existem problemas metropolitanos.

A formação das metrópoles é um processo recente no Brasil, como afirmam Reolon e Souza (2006, p. 114), que surge da complexidade que a rede urbana e as relações urbanas atingiram após a implementação de políticas públicas para a industrialização. Para Mencio e Zioni (2017, p. 4), as cidades brasileiras experimentaram esse fenômeno a partir dos anos 1960, quando o crescimento das cidades em ritmo acelerado resultou na expansão dos núcleos urbanos criando vínculos entre municípios próximos e relações de graus distintos de interdependência. Os autores explicam que, no processo, há sempre um núcleo urbano principal exercendo influência socioeconômica sobre as cidades vizinhas.

Assim, para regulamentar as questões das metrópoles é instituído, no ano de 2015, pela Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro, o Estatuto da Metrópole – EM. Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU, 2015), o objetivo da lei é a criação de regras para a governança compartilhada de grandes aglomerados urbanos que envolvam mais de um município⁹, fixando diretrizes gerais para planejamento, gestão e execução das políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados.

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (PNUD, 2017).

⁹ Ressalta-se que o conceito de "metrópole" adotado para a realização da pesquisa abrange outras definições além das contidas no Estatuto da Metrópole. Em conformidade com Hardt, Hardt e Pellizzaro (2008), o conceito adotado é o de que a metrópole é o centro do poder político, social e econômico em relação às demais, adotando também, para seu significado, a incorporação de fatores internos ao espaço urbano.

De acordo com Santos Júnior, Ribeiro e Rodrigues (2015), o Estatuto da Metrópole reconhece que uma metrópole não se define mais unicamente pela existência de interesses comuns ou interesses políticos, como ocorre atualmente. No inciso V, artigo 2º da Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, define-se metrópole como:

[...] espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2015).

Villaça (2001, p. 141) aponta que uma das características mais marcantes da metrópole brasileira é a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais. O autor afirma ainda que o mais conhecido padrão de segregação é o centro x periferia, onde o primeiro é ocupado por classes de mais alta renda, e a segunda ocupada pelos excluídos. Para Cantarim (2014, p. 6), o desenvolvimento de políticas públicas, programas e planos é um meio que permite ordenar e orientar as relações urbanas, controlando o crescimento urbano exagerado e amenizando uma série de problemas. É necessário, porém, segundo a autora, que exista um conhecimento da rede urbana e a compreensão das relações que se articulam dentro do território em questão.

4. CORRELATOS

4.1 O CASO DE BOLONHA – ITÁLIA

Bolonha é uma cidade¹⁰ italiana com estimativa de 388.367 habitantes (IPERBOLE, 2016) localizada ao norte do país. É capital da província homônima e da região denominada Emília Romana. Em pesquisa de 2016 realizada pelo jornal italiano *Il Sole 24 ore* (2016) foram eleitas as melhores cidades para se viver no país. Bolonha aparece em 12º lugar no ranking que considerou fatores como serviços prestados, ambiente, negócios, segurança, entre outros.

Outra pesquisa importante, feita pelo *Forum Pubblica Amministrazione Italiana* – FPA (2016) classificou as cidades italianas quanto à qualidade de vida do viver urbano, a capacidade em promover plataformas que habilitem seus moradores e de focar em objetivos a longo prazo, fazendo

¹⁰ A geopolítica da Itália divide-se em: região, província e *comune*. Este último, em tradução livre pela autora, será tratado como “cidade”.

escolhas e investimentos que se conectem com novos meios de desenvolvimento¹¹. No ranking geral, Bolonha aparece em segundo lugar, precedida apenas por Milão. A pesquisa aponta que o destaque de Bolonha está na participação, no fornecimento de dados abertos, nos novos instrumentos de programação, na estabilidade econômica e na capacidade de gestão¹².

Além de ser uma cidade de destaque no desenvolvimento, Bolonha é sede da Região Metropolitana de Bolonha¹³. Segundo o *Dipartimento per gli Affari Regionali e le Autonomie* – DARA (2017), o plano urbanístico dessa região é fruto, entre outros aspectos, das transformações que se iniciaram no final do século XIX. O documento apresenta que a região é composta por 56 cidades com uma população total de 993.481 habitantes, dos quais aproximadamente 39% vivem na sede, Bolonha.

Esse correlato apresenta desenvolvimento urbano elevado com destaque para o fator qualidade de vida. Além disso, enquanto sede de uma região metropolitana, Bolonha apresenta índices superiores à média italiana no tocante à mobilidade urbana. Esses fatores irão auxiliar a análise da cidade de Cascavel/PR na medida em que as abordagens apresentadas irão respaldar futuras relações e comparações para uma melhor compreensão da situação do estudo de caso proposto.

Para tal, destacam-se, como parâmetro para as posteriores análises, os dados do último censo, realizado em 2011, que mostram que a cidade possuía, no ano de 2011, 371.337 mil habitantes (IPERBOLE, 2011), distribuídos em uma área de 14084 hectares, apresentados na Tabela 1:

Tabela 1 - Densidade urbana de Bolonha 2011

ÁREA	POPULAÇÃO	DENSIDADE URBANA
14084 ha	371.337 habitantes	26,36 hab/ha

Fonte: IPERBOLE, 2011. Adaptada pela autora.¹⁴

Além dos dados apresentados, para fins de análise, será considerado o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, para o que, devido à ausência de dados relativos especificamente às cidades italianas, será utilizado o da região da Emília Romana: 0,810 (FEMMINIS, 2003).

¹¹ Em tradução livre da autora. “[...] qualità del vivere urbano, la capacità delle città di farsi piattaforma abilitante, di guardare a traguardi lunghi facendo scelte e investimenti che puntano sui nuovi driver di sviluppo”. (FPA, 2016, p. 7)

¹² Em tradução livre da autora. “[...] partecipazione, open data, nuovi strumenti di programmazione, stabilità economica e capacità gestionale”. (FPA, 2016, p. 9)

¹³ Em tradução livre da autora. “Città metropolitana di Bologna”.

¹⁴ Os dados foram convertidos de quilômetros quadrados (km²) para hectares (ha).

4.2 O CASO DE BLUMENAU-SC

Localizada no nordeste de Santa Catarina, Blumenau teve sua emancipação em 1880, inicialmente como Vila e, posteriormente, como Município. Segundo estimativas, Blumenau possuía, em 2017, 348.513 habitantes (IBGE CIDADES, 2017a). Sobre seu contexto histórico, Machado (2006, p. 6) relata que, inicialmente, a cidade foi idealizada como uma colônia particular com fins de assentamento de colonos imigrantes por volta de 1850. Segundo o autor, a criação do Município de Blumenau em 1883 possibilitou a reorganização da estrutura administrativa, tornando a localidade mais autônoma e estabelecendo formas de governo mais localizadas.

Utilizando o IDH para análise, verifica-se que esse índice de Blumenau se classifica como muito bom. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, o município ocupa a 25^a posição no ranking nacional, em um total de 5.565 municípios. Alguns de seus indicadores do desenvolvimento podem ser observados na Tabela 2:

Tabela 2 - Indicadores de desenvolvimento – Blumenau

IDH	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	PIB PER CAPITA
0,806	91,6%	62,2%	37,7 %	R\$ 50.200,62

Fonte: IBGE 2010, adaptada pela autora.

Blumenau é um dos 14 municípios do Médio Vale do Itajaí componentes da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI. Instituída em 1969 (AMMVI, 2016), a região se caracteriza como a segunda maior em arrecadação do estado de Santa Catarina e configura um conjunto de municípios com projetos comuns de mobilidade, saneamento e parcerias da iniciativa privada. Além de compor a Região do Médio Vale do Itajaí, Blumenau é sede administrativa da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, instituída na Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010 (SANTA CATARINA, 2010).

Ocorre, no entanto, de acordo com Camargo e Paraizo (2017), que a estrutura de região metropolitana nunca se solidificou e, em 2015, o projeto de Lei Complementar nº 0040.4/2015 propôs a instituição de uma Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Itajaí, com finalidade de estabelecer diretrizes para a utilização do solo e orientar a elaboração dos planos diretores municipais, de forma integrada com a mobilidade urbana, o saneamento básico e o meio ambiente. (SANTA CATARINA, 2015).

Para Marcos Mattedi, em entrevista a Camargo e Paraizo (2017), a criação da região metropolitana proposta é primordialmente positiva na medida em que considera que muitos

aspectos não devem mais ser tratados apenas do ponto de vista municipal, entre eles estão meio ambiente, transporte e desenvolvimento econômico.

Enquanto correlato, pode-se observar que Blumenau se destaca por sua organização interurbana, principalmente no fator econômico. Como parâmetro para as futuras análises, destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano, já apresentado, bem como os dados coletados no Censo de 2010 (IBGE CIDADES, 2017a), apresentados na Tabela 3:

Tabela 3 - Densidade urbana de Blumenau 2010

ÁREA TOTAL	ÁREA URBANA	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA	DENSIDADE URBANA
51980 ha	20680 ha	309.011 habitantes	294.773 habitantes	14,25 hab/ha

Fonte: IBGE 2010. Adaptada pela autora.¹⁵

Observa-se, com relação ao desenvolvimento que seu IDH é considerado muito bom, com pontuação de 0,806. Além disso, é válido reafirmar que sua população, de 348.513 habitantes (IBGE CIDADES, 2017 a), é quantitativamente muito próxima à população de Cascavel, 319.608 mil habitantes (IBGE CIDADES, 2017 b), tornando-a uma referência coerente para a abordagem e análise do estudo de caso.

4.3 O CASO DE MARINGÁ/PR

Maringá é um município localizado no norte do estado do Paraná com população atual estimada em 406.693 habitantes (IBGE CIDADES, 2017 c), fundado em 1947 e emancipado em 1951. Sua colonização partiu de um projeto da Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP¹⁶. Esse projeto, datado de 1943, foi concebido pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, adepto do conceito de “Cidade Jardim”, de Ebenezer Howard. Rodrigues (2004) afirma que o plano original combina o tradicional desenho xadrez com as circunscrições da cidade jardim.

A cidade, desde 1998, é sede da Região Metropolitana de Maringá que, em sua última atualização mediante a Lei Complementar nº 145, de 24 de abril de 2012 (MARINGÁ, 2012, s.p.).

¹⁵ Os dados foram convertidos de quilômetros quadrados (km²) para hectares (ha).

¹⁶ Garcia (2015, p. 44) explica que, em sua origem, a CTNP era subsidiária da empresa colonizadora britânica Paraná Plantations Company e, depois da Segunda Guerra Mundial, foi comprada por brasileiros, passando a ser denominada Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná.

No ano de 2015, a cidade evidenciou seu destaque nacional no Ranking Connected Smart Cities¹⁷, onde apareceu em primeiro lugar dentre todas as cidades do Brasil no quesito “urbanismo”.

Tabela 4 - Indicadores de desenvolvimento – Maringá

IDH	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	URBANIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	PIB PER CAPITA
0,808	83%	97,3%	90,6%	36.336,74 R\$

Fonte: IBGE 2010, adaptada pela autora.

Enquanto sede de uma região metropolitana, Maringá possui altos níveis de desenvolvimento envolvendo saúde, escolarização, renda *per capita* e índices urbanísticos (ver Tabela 4). Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, o IDH, em 2010, era de 0,808, representando um crescimento de 9,19% desde 2000.

Em 2017, uma pesquisa encomendada pela Revista Exame (BRANCO e SEGALA, 2017) apontou que Maringá é a 2^a melhor cidade o Paraná para investir em negócios, precedida apenas pela capital, Curitiba, e no *ranking* nacional aparece em 15º lugar. A pesquisa considerou indicadores derivados de sete eixos principais: sociodemografia, economia, saúde, educação, finanças, transporte e, ainda, infraestrutura.

Ressalta-se também, nessa cidade correlata, como parâmetros de análise, além do Índice de Desenvolvimento Humano, os dados coletados no Censo de 2010 (IBGE CIDADES, 2017b) apresentados na Tabela 5:

Tabela 5 - Densidade urbana de Maringá 2010

ÁREA TOTAL	ÁREA URBANA	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA	DENSIDADE URBANA
48770 ha	12826 ha	357.077 habitantes	350.653 habitantes	27,33 hab/ha

Fonte: IBGE 2010. Adaptada pela autora.¹⁸

Maringá revela-se uma cidade com excelentes índices urbanísticos e de desenvolvimento e, ainda que sua população de 406.693 habitantes (IBGE CIDADES, 2017c) exceda em aproximadamente 27% a população de Cascavel, com 319.608 mil habitantes (IBGE CIDADES, 2017b), a sua colocação enquanto sede de uma região metropolitana paranaense a coloca como

¹⁷ Feito com o objetivo de mapear as cidades com maior potencial de desenvolvimento no Brasil, o Ranking Connected Smart Cities traz indicadores desenvolvidos pela empresa de consultoria Urban Systems. São indicadores para qualificar as cidades mais inteligentes do país e complementam informações quanto à existência de leis urbanísticas importantes para o desenvolvimento da cidade, com regras e mecanismos para seu desenvolvimento. (CONNECTED SMART CITIES, 2015).

¹⁸ Os dados foram convertidos de quilômetros quadrados (km²) para hectares (ha).

ótima base de comparação e de análise no tocante ao cenário estadual.

5. APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO: O CASO DE CASCABEL/PR

O município de Cascavel, cuja localização está apresentada na figura 1, foi um dos últimos espaços do estado do Paraná a ser colonizado, afirma Brugnago (2015, p. 49), sendo que a sua ocupação aconteceu como consequência da Revolta Tenentista¹⁹. Dias et al. (2005, p. 61) afirmam que, a partir das décadas de 1930 e 1940 houve um grande movimento migratório que trouxe à região milhares de colonos vindos do sul do país, assim como caboclos das regiões cafeeiras, que iniciaram a exploração da madeira, agricultura e criação de suínos. Dessa forma, Cascavel se tornou distrito no ano de 1938 e se emancipou em 1952. Ainda de acordo com os autores, nos anos 1960 a cidade foi marcada por um rápido crescimento, e sua população passou de 4.874 habitantes para, no fim da década, 34.831 habitantes.

Figura 1 - Localização de Cascavel no estado do Paraná



Fonte: Cascavel, 2018.

O inchaço populacional da década de 1960 demandou políticas de gestão que organizassem o crescimento da cidade. Assim, em 1975 foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento, que, por sua vez, originou as primeiras leis de organização do espaço urbano. Segundo Dias et al. (2005, p. 70), foram elas: Código de Obras, Lei de Zoneamento e Lei de

¹⁹ O movimento tenentista é um dos principais movimentos revoltosos no fim da república Velha e início do Estado Novo. O tenentismo teve início na década de 20 e sua primeira manifestação foi em 1922. Esse movimento tinha, como características, o protecionismo da economia agropecuária, principalmente do nosso principal produto de exportação da época – o café (BARROS, 2005).

Loteamentos. Também de acordo com os autores, nesse mesmo período foi implantada a Secretaria de Planejamento, que é o órgão responsável por elaborar o Plano de Ação da Gestão Municipal.

Em 1976, o então prefeito Jacy Scanagatta, de acordo com Dias et al. (2005, p. 71) contratou Jaime Lerner para a elaboração de um Plano Diretor, concluído em 1978, que, entre suas propostas, propôs o adensamento habitacional ao longo da Avenida Brasil.

Em 2003, o Projeto de Lei nº 110/2003 propôs Cascavel como polo regional metropolitano. O projeto foi, no entanto, vetado, como afirmam Reolon e Souza (2006, p. 117) por iniciativa do então governador do Estado por meio da Proposição 28/2003, pois considerou-se que as características socioespaciais do conjunto dos municípios não justificavam sua adequação à categoria de unidade regional proposta.

5.1 CASCAVEL E A DENSIDADE URBANA

A atual configuração da densidade urbana de Cascavel é resultado de uma série de processos históricos e urbanos que ocorreram ao longo das décadas. Assim, portanto, este capítulo apresenta o período delimitado para a pesquisa década a década, desde 1970 até 2017.

5.1.1 A década de 1970

Segundo Gil (2015, p. 121), grande parte dos vazios urbanos surgiu na década de 1970 em decorrência do grande número de loteamentos abertos de maneira desordenada, apesar de aprovados pela municipalidade. A autora afirma que o espalhamento de loteamentos foi desnecessário para o número de habitantes da área urbana da época. Sobre esse processo, Jaime Lerner salienta

[...] a forma indiscriminada de expansão da área através de sucessivas ampliações de perímetro urbano apesar do baixo índice de densidade populacional. [...] A baixa densidade demográfica resultante desse processo inadequado de ocupação do solo determina custos elevados das redes de infra-estrutura [sic] e dispersão de recursos financeiros escassos. (LERNER, 1978, p. 7-11).

Tabela 6 - Perímetro urbano e densidade de Cascavel na década de 1970

ANO	ÁREA PERÍMETRO URBANO	DENSIDADE URBANA
1973	1.405,32 ha	24,8 hab/ha
1978	7.500,00 ha	9,4 hab/ha

Fonte: Dias et al. (2005, p. 72), adaptada pela autora.

A Tabela 6 permite observar uma grande expansão do perímetro urbano ocasionando uma queda acentuada na densidade urbana nos anos de 1970, processo ao qual se referiu Gil, supracitada.

5.1.2 A década de 1980

Já a década de 1980, segundo Sperança (2007), foi neutra em termos de desenvolvimento, tanto para Cascavel quanto para o restante do país. O autor atribui essa estagnação às dificuldades vividas pelo setor agropecuário. Mesmo assim, contudo, ainda que a década não tenha sido de grande desenvolvimento para a cidade, seu perímetro urbano seguiu o ritmo de expansão.

Nessa década houve uma alteração na proposta do Plano Diretor de Jaime Lerner (1978), plano que, segundo Gil (2015), foi readequado com o objetivo de continuar a Avenida Brasil e a expansão urbana sentido oeste através desta, que, ainda hoje, é a via mais importante da cidade. A autora enfatiza:

[...]sabe-se que muitos lotes urbanos pertencentes a poucos donos estão distribuídos em vários pontos da cidade, alguns deles na região oeste, onde se supõe que a intenção de continuidade da Avenida Brasil tenha sido parte de um processo de especulação imobiliária, visto que naquele momento, até o final da década de 1980, a cidade não possuía seu centro totalmente ocupado para que fosse justificada a continuidade da via. Dar continuidade a Avenida Brasil valorizaria consideravelmente essas terras. (GIL, 2015, p. 152).

Assim como nos anos anteriores, o perímetro urbano da cidade aumentou, no entanto percebe-se também um aumento na população, elevando a densidade urbana quando comparada com a década anterior, como indica a Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Perímetro urbano e densidade de Cascavel na década de 1980

ANO	ÁREA PERÍMETRO URBANO	DENSIDADE URBANA
1980	8.668,10 ha	14,27 hab/ha

Fonte: Gil (2015), adaptada pela autora.

Soares (2016, p. 101), sobre os anos de 1980, ressalta a insuficiência da política habitacional²⁰

²⁰ O prefeito Fideli Tolentino, cuja primeira gestão foi de 1983 a 1988, teve como principal causa de sua campanha a criação de novos núcleos de habitação, com destaque para a implantação de conjuntos habitacionais. (SOARES, 2016, p. 98).

para atender a classe trabalhadora, de maneira que a década se destacou pelo aumento de assentamentos informais. Por esse motivo, segundo a autora, nos anos de 1986 a 1987 elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Urbano visando fornecer ao município um instrumento que possibilitasse a organização das ações voltadas ao desenvolvimento da cidade de maneira estruturada e articulada.

5.1.3 A década de 1990

No ano de 1989 Salazar Barreiros assumiu a prefeitura e reestruturou a Secretaria de Planejamento Municipal, que então determinou a elaboração do Plano Diretor²¹ sob consultoria de Omar Akel²². Dessa forma, segundo Dias et al. (2005, p. 89), três estratégias norteariam o desenvolvimento de Cascavel. São elas: i) Racionalização da ocupação do território; ii) Fortalecimento da base econômica; iii) Modernização da ação do poder público. Aconteceu, contudo, que, durante o mandato do então prefeito, a proposta de lei não foi aprovada pela Câmara Municipal.

No ano de 1993, relatam Dias et al. (2005, p. 95), Fideliçino Tolentino reassumiu a prefeitura e retomou o processo de encaminhamento do Plano Diretor à Câmara Municipal e, no ano de 1996, a Lei do Plano Diretor de Cascavel foi aprovada. Destaca-se, dessa proposta, a racionalização da oferta de infraestrutura, que, segundo Dias et al. (2005, p. 90-91), propunha o adensamento de áreas já urbanizadas, tendo como prioridade a área central fora do calçadão, seguida do subcentro, formado fora do eixo da Avenida Brasil.

Para Mariano (2012, p. 116), o ritmo de crescimento local nos anos de 1990 apresentou índices superiores do que os do estado do Paraná como um todo, crescimento esse ainda engrenado pela produção de alimentos. Enquanto isso, a construção civil gerava novos empregos no meio urbano. Com relação ao ritmo de crescimento, é possível observar, na Tabela 8, um aumento na densidade urbana, resultante da racionalização da ocupação do território e do aumento da população.

Tabela 8 - Perímetro urbano e densidade de Cascavel na década de 1990

ANO	ÁREA PERÍMETRO	DENSIDADE
-----	----------------	-----------

²¹ Conforme determinação da Constituição Federal mediante a Lei do Plano Diretor (DIAS et al., 2005, p. 88).

²² Arquiteto urbanista curitibano originário da Universidade Federal do Paraná e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. (DIAS et al., 2005, p. 88).

	URBANO	URBANA
1993	7.500,00 ha	23,70 hab/ha

Fonte: Gadotti e Romão (1993); Misael e Rodrigues (2015); Soares (2016). Adaptada pela autora.

Somadas as medidas contidas no Plano Diretor Municipal e o crescimento econômico descritos anteriormente, chega-se à resultante de um expressivo crescimento verticalizado na cidade, como explica Mariano (2012, p. 88), o que proporcionou uma renovação no espírito de consumo e da vida urbana e no sentido dos viveres modernos. Santos (2011) expõe que o investimento em saneamento básico impulsionou a verticalização. Sobre esse processo, afirma:

A verticalização fortaleceu-se como forma de suprir uma demanda por moradias para abastecer o crescimento populacional [...] essa reprodução foi acompanhada dos interesses dos agentes produtores do solo urbano que controlam e manipulam a cidade, sendo que a concentração fundiária aumenta o valor do metro quadrado, deixando parte sem uso, esperando uma melhor valorização e fortalecendo a especulação imobiliária. (SANTOS, 2011, p. 125).

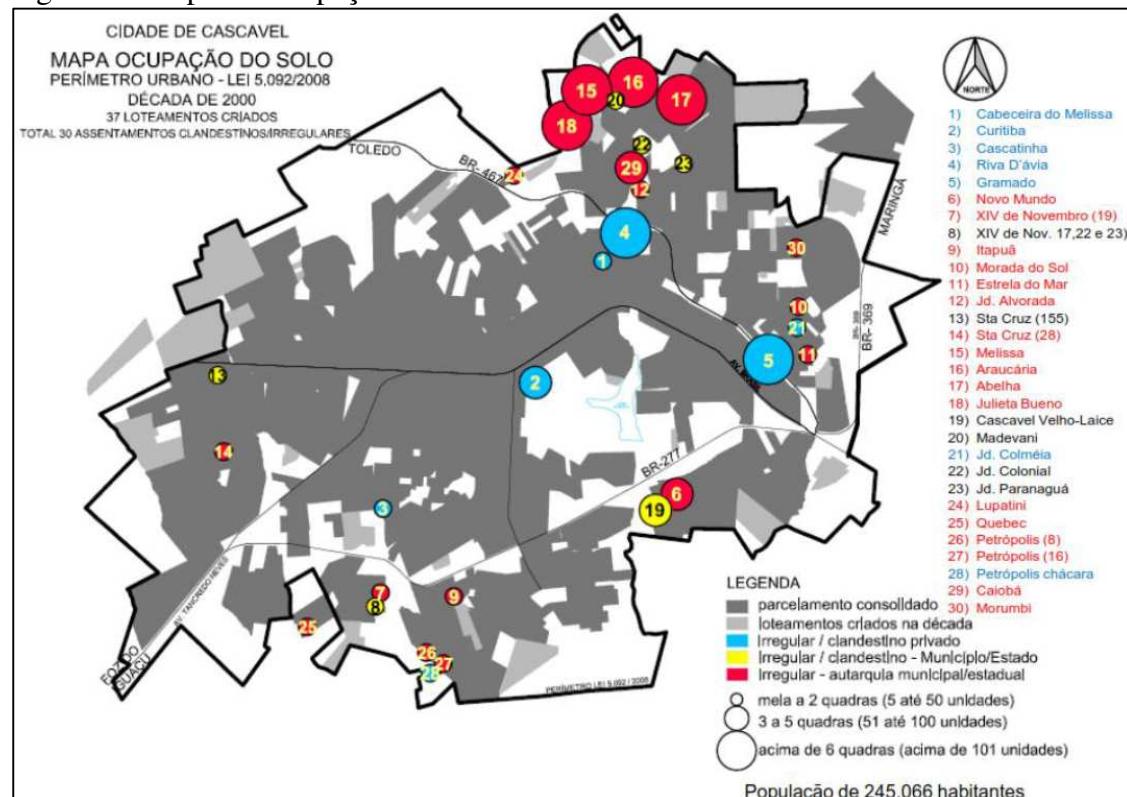
5.1.4 A década de 2000

Soares (2016, p. 110), com base no estudo de Reolon (2007), afirma que, na década de 2000, Cascavel se apresentava com características de metrópole. Vale ressaltar que, nessa mesma década, a cidade se autointitula, segundo Dias e Dias (2006), como a “Metrópole do MERCOSUL”. Dias (2007, p. 17) destaca que a localização da cidade é um entroncamento que liga o oeste do Paraná aos países do Mercosul, justificando o título que, durante essa década, aparecia como *slogan* da cidade no *site* da Prefeitura Municipal.

No panorama nacional ressalta-se a aprovação da Lei Federal do Estatuto da Cidade, em 2001, que “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001). Nesse Estatuto o Plano Diretor aparece como instrumento do Planejamento Municipal. Uma importante marca do Estatuto, salientado por Dias et al. (2005, p. 100), é a participação da população nas decisões de interesse público com base na função social da cidade, onde o interesse coletivo deve estar acima do uso da propriedade individual.

O mapa da ocupação do solo da década de 2000 (ver figura 2) organizado por Soares (2016), demonstra a abertura de novas áreas de loteamentos (preenchidas em cinza claro) além do perímetro urbano (contornado em preto), ocasionando assim novos vazios urbanos.

Figura 2 - Mapa da Ocupação do Solo de Cascavel - Década de 2000



Fonte: Adaptado de CASCABEL (PMC). Secretaria de Planejamento, 2014. Organizado por Soares (2016).

Segundo Dias et al. (2005, p. 97), no cenário municipal se destaca, na década de 2000, na gestão de Edgar Bueno, o processo de Planejamento Urbano, iniciando, dentro das novas exigências legais, a discussão para o Plano Diretor de Cascavel de 2005. Os autores relatam que o anteprojeto de lei que altera o Plano Diretor de Cascavel foi ajustado pela equipe interna da prefeitura de acordo com as necessidades da população, cujas disposições foram debatidas e aprovadas ao longo do processo de revisão do Plano Diretor aprovado em 1996.

No tocante ao estímulo do adensamento da área urbana, o Plano Diretor (CASCABEL, 2006), no capítulo IV, artigo 35, inciso I, prevê a implementação das seguintes medidas:

- Aplicar os Instrumentos: Outorga Onerosa, Transferência do Direito de Construir; b) Receber potenciais construtivos de outros locais e efetuar o controle de recebimento destes;
- Atualizar de forma permanente os valores dos imóveis, visando à justa tributação;
- Viabilizar a aplicação do IPTU Progressivo no Tempo, nos casos a serem definidos por lei.

Dessa forma, observando as questões acima, apresenta-se, para fins de análise, a configuração estatística da densidade urbana de Cascavel em meados da década de 2000 na Tabela 9. Observa-se, novamente, a expansão do perímetro urbano e, ainda assim, aumento na densidade urbana.

Tabela 6 - Perímetro urbano e densidade de Cascavel na década de 2000

ANO	ÁREA PERÍMETRO URBANO	DENSIDADE URBANA
2004	8.087,00 ha	27,87 hab/ha

Fonte: Santos (2011). Adaptada pela autora.

5.1.5 A década de 2010

Na década de 2010 importantes acontecimentos marcam a configuração urbana e regional de Cascavel. O primeiro deles, com destaque nacional, é criação da lei que institui o Estatuto da Metrópole, no início de 2015. Essa lei, em suas disposições preliminares, estabelece

[...] diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano. (BRASIL, 2015).

Seu contexto geral foi apresentado no primeiro capítulo do presente trabalho, sendo que, neste momento, se pretende aproximar a criação do Estatuto da Metrópole – EM com o estudo de caso: Cascavel/PR. Conforme dito, para Santos Júnior, Ribeiro e Rodrigues (2015), o Estatuto reconhece que a formação de uma metrópole engloba aspectos que vão além da existência de interesses comuns, sendo que a lei define metrópole como espaço urbano com continuidade territorial e influência nacional, ou sobre uma região, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica (PARANÁ, 2015).

Na sequência²³, é aprovada a Lei que cria a Região Metropolitana de Cascavel, em 2015. A lei define ainda que deve haver a formação de um Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, visando a programação dos serviços comuns dos municípios e, em outros, o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social.

Isto posto, no ano de 2017 foi aprovado o novo Plano Diretor do município de Cascavel e que, em consonância com o Estatuto da Cidade, deve ser revisado a cada 10 anos (BRASIL, 2001). No contexto regional, a Lei garante a função social da propriedade urbana no capítulo II, artigo 6º, através, entre outros, “VII – Do incentivo à cooperação, diversificação e atratividade, visando o enriquecimento cultural do município e sua integração regional” (CASCAVEL, 2017).

No tocante à questão da densidade urbana, o Plano Diretor de 2017 estipula a Macrozona de

²³ A Lei do Estatuto da Metrópole foi aprovada em 12/1/2015 (BRASIL, 2015) e a Lei da Região Metropolitana de Cascavel, em 13/1/2015. (PARANÁ, 2015).

Estruturação e Adensamento, composta por “[...] áreas propícias ao adensamento com necessidade de complementação de infraestrutura básica”. Ressalta-se que essas áreas se encontram dentro do perímetro urbano, desestimulando o espraiamento da ocupação urbana.

Tabela 7 - Perímetro urbano e densidade de Cascavel na década de 2010

ANO	ÁREA PERÍMETRO URBANO	DENSIDADE URBANA
2017	10.207,00 ha	29,54 hab/ha

Fonte: IBGE (2017b); IPARDES (2018). Adaptada pela autora.

Para a análise estatística, os dados atuais da configuração de densidade urbana da cidade foram compilados na tabela acima. Ainda sobre a década de 2010, por se tratar do último censo realizado pelo IBGE, será considerado, para análise, o IDH de 0,782 (IBGE, 2010).

6. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para a aplicação da fundamentação teórica no estudo de caso apresentado foi utilizado o método indutivo, que, em conformidade com as premissas de Gil (2008, p. 10), parte do particular visando chegar a uma generalização através da observação de fatos cujas causas se deseja conhecer. Dessa forma, a partir dos conceitos apresentados no capítulo 1, foi configurado o capítulo 2, que apresentou três correlatos no intuito de extrair de cada caso elementos que permitissem as análises do estudo de caso de Cascavel/PR, tendo sido eles: i) Bolonha – Itália, ii) Blumenau/SC e iii) Maringá/PR. Cada correlato representa, respectivamente, um caso de abrangência internacional, nacional e estadual. Deles foram elencados os seguintes elementos quantitativos de análise:

– Densidade Urbana: obtida através da relação entre população urbana e área urbana. Os dados coletados foram convertidos de quilômetros quadrados (km^2) para hectares (ha) para aproximar as análises das referências bibliográficas apresentadas, pois os autores trabalham com essa última unidade de medida. No caso de Bolonha, os dados foram convertidos e tabelados sem a necessidade de outros cálculos. Os dados de Blumenau e de Maringá, por sua vez, foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, além da conversão da unidade de medida, para serem tabelados, foram trabalhados da seguinte maneira: a partir do

grau de urbanização e da população total foi obtido o total da população urbana, para, depois, ser dividido pela área urbana e gerar a densidade urbana.

- IDH. O Índice de Desenvolvimento Humano, dentre os indicadores de desenvolvimento apresentados, foi escolhido como elemento de análise por se tratar de um índice que engloba fatores como a saúde, a educação e a renda da população. No caso do índice de Bolonha, para fins de análise e devido à ausência da informação nos meios disponíveis, adotou-se como IDH o mesmo da região da Emília Romana. No caso de Blumenau e de Maringá, foram utilizados os dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano, resultantes do Censo do IBGE de 2010.

Após a coleta das informações acima foi feita a apresentação do estudo de caso proposto: Cascavel/PR. Nessa etapa utilizou-se novamente da revisão bibliográfica, bem como o método monográfico, que, para Gil (2008, p. 18), parte do princípio de que um estudo de caso em profundidade pode ser representativo de muitos outros. A apresentação do caso se deu conforme a delimitação temporal do tema da pesquisa, com fundamentação teórica abordando desde a década de 1970 até o ano de 2017. Dessa forma, os subtítulos foram elaborados por década e, em cada um, foram abordadas as principais dinâmicas que configuraram o desenvolvimento e o adensamento populacional da década, bem como se apresentou o IDH e a densidade urbana, elementos de análise previamente salientados. Deste capítulo, observando as situações específicas do estudo de caso, foram retirados os elementos qualitativos de análise, que são: vazios urbanos; dinâmicas de expansão da cidade; verticalização.

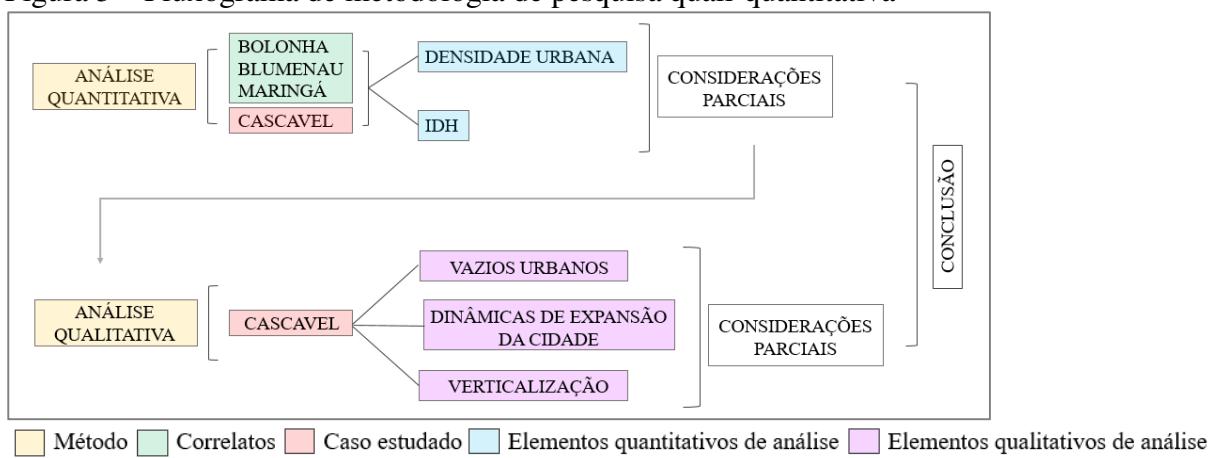
Para as análises, como sugerem as escolhas dos elementos apresentados, foi utilizado o método quali-quantitativo, que, nas premissas de Goldenberg (2004, p. 62), permite que se faça um cruzamento das conclusões assegurando que os dados não sejam produtos de uma situação particular, quantificando os dados e qualificando os fatos observados na pesquisa. Minayo e Sanches (1993, p. 247) afirmam que a relação entre qualitativo e quantitativo não deve ser pensada como uma oposição, mas, sim, como uma relação de complementariedade, que então permite uma análise profunda nos aspectos mais essenciais.

A análise quantitativa foi feita em conformidade com o método estatístico apresentado por Lakatos e Marconi (2003, p. 108), reduzindo os fenômenos em termos quantitativos de maneira a verificar a relação entre eles. Dessa forma, os elementos de análise elencados (IDH e densidade urbana) após coletados dos correlatos (Bolonha, Blumenau e Maringá) foram organizados em quadro e agrupados aos mesmos elementos do estudo de caso proposto.

Na sequência foi realizada a análise qualitativa, apresentada por Gil (2008, p. 175) como o principal instrumento de análise nas pesquisas de estudo de caso. Nesse método, os dados são

selecionados e organizados em categorias para que, nas conclusões, elas se tornem verificáveis. Após isso, os dados são apresentados visando à análise das semelhanças, das diferenças e das inter-relações entre eles. Por não se tratar de uma análise estatística, essa etapa do trabalho analisou, como base nos resultados quantitativos, os elementos particulares do estudo de caso proposto subtraídos da revisão bibliográfica e que compõem a aplicação no tema delimitado, sendo eles: vazios urbanos, dinâmicas de expansão da cidade e verticalização. A metodologia proposta foi sintetizada e pode ser visualizada no fluxograma a seguir:

Figura 3 – Fluxograma de metodologia de pesquisa quali-quantitativa



Fonte: elaborado pela autora.

6.2 ANÁLISE QUANTITATIVA

Em conformidade com a metodologia apresentada, foi feita inicialmente uma análise quantitativa, seguindo o método estatístico, de maneira a verificar a relação entre os termos encontrados. Os elementos antepostos para essa etapa de análise foram extraídos dos correlatos e, juntamente com os dados obtidos do estudo de caso, encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 8 - Densidade Urbana e IDH – Cascavel, Maringá, Bolonha e Blumenau

	DENSIDADE URBANA	IDH
CASCAVEL	29,54 hab/ha	0,782
MARINGÁ	27,33 hab/ha	0,808
BOLONHA	26,36 hab/ha	0,810
BLUMENAU	14,25 hab/ha	0,806

Fonte: IBGE 2010; IPERBOLE (2011); FEMMINIS (2003). Adaptado pela autora.

É possível perceber que, entre as quatro cidades apresentadas, Cascavel é a que apresenta a maior densidade urbana, porém é a cidade com menor Índice de Desenvolvimento Humano. Os dados estatísticos apontam para resultados que pressupõem que densidade urbana e desenvolvimento urbano são indicadores inversamente proporcionais e que, à medida que a densidade urbana aumenta, o fator de desenvolvimento (medido pelo IDH) diminui.

Ocorre, contudo, segundo os autores apresentados no capítulo 1, que essa relação por eles encontrada se configura de maneira diversa da encontrada na análise quantitativa da presente pesquisa. Para Gumuchdjian e Rogers (2001), cujas premissas básicas configuraram o marco teórico deste trabalho, cidades densas podem resultar em eficiência energética, diversificação social e crescimento econômico.

Dessa forma, optou-se, nos encaminhamentos metodológicos, por confrontar os resultados obtidos na análise quantitativa com outros elementos, através da análise qualitativa, assegurando, como afirma Goldenberg (2004), que os dados não sejam produtos de uma situação particular, qualificando os fatos observados no estudo de caso e complementando os resultados iniciais. Dessa forma apresenta-se, a seguir, a etapa qualitativa da análise, visando posteriores resultados que se deem a partir da complementariedade de ambas.

6.3 ANÁLISE QUALITATIVA

Para esta etapa de análise foram elencados elementos observados na apresentação do estudo de caso de Cascavel/PR. São eles: vazios urbanos, dinâmicas de expansão da cidade e verticalização.

Os vazios urbanos, conforme referência bibliográfica apresentada, são considerados causadores de problemas urbanos e fazem com que o desenvolvimento seja economicamente inviável: afinal, deve-se suprir com estrutura básica como água, esgoto, eletricidade, transporte, toda a malha urbana. A existência destes vazios aumenta a escala de fornecimento de cada um

desses serviços, pois, para chegar às áreas mais remotas da cidade, as redes passam por esses espaços ociosos, não sendo utilizadas e tampouco arrecadando receita para o município. Ao mesmo tempo, nas premissas de Mestriner (2008, p. 60), tais espaços são instrumentos potenciais para a construção e o adensamento e devem suportar novos projetos urbanos, articulando novas territorialidades.

No caso de Cascavel/PR, observou-se a existência de um grande número de vazios urbanos, que surgiram na década de 1970 e foram resultantes do excesso de novos loteamentos, época quando a ocupação se deu de maneira desordenada. Gil (2015, p. 121) defende que o espalhamento de loteamentos foi desnecessário para o número de habitantes da época. Lerner (1978) afirma que a baixa densidade demográfica resultante desse processo gera o aumento dos custos de infraestrutura.

Como se percebeu na apresentação do caso, a cidade de Cascavel contou com sucessivas ampliações em seu perímetro urbano, resultando em uma densidade demográfica cada vez mais baixa. É importante ressaltar que, ainda que na análise quantitativa Cascavel se apresente com a maior densidade urbana, os vazios urbanos seguem presentes e fomentam a cada dia a especulação imobiliária.

Tal relação se justifica também pelo crescimento vertical da cidade na década de 1990. A especulação imobiliária gerou grandes bolsões ociosos à espera de valorização enquanto a área central apresentava melhor valor mercado. Isso somado ao crescimento acelerado e à geração de empregos pela construção civil, resultou no aumento da densidade urbana. Vale citar que essa evolução está relacionada ao Plano Diretor de 1996, que propôs a racionalização da oferta de infraestrutura e o adensamento de áreas já urbanizadas, refreando o processo usual de expansão injustificada do perímetro urbano.

Dessa forma, observou-se que as dinâmicas de expansão da cidade não foram freadas, apesar de algumas tentativas do poder público. Por isso se apresentam como elementos particulares ao caso e relacionam-se diretamente com as forças econômicas e políticas atuantes, seja através da especulação imobiliária, seja através das tentativas de contenção dos excessivos loteamentos aprovados ao longo das décadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que seu desenvolvimento foi marcado por ações políticas, ações que refletiram também nas dinâmicas urbanas que configuraram seu adensamento urbano.

Nas análises, desenvolvidas a partir do método quali-quantitativo, foram incialmente

analisados os elementos quantitativos: densidade urbana e IDH. Posteriormente, os elementos qualitativos: vazios urbanos, dinâmicas de expansão da cidade e verticalização. Relacionando as considerações de ambas as etapas de análise, chega-se à conclusão de que a relação entre densidade urbana e desenvolvimento urbano apresentada nas referências bibliográficas e defendida pelo marco teórico não pode ser verificada em Cascavel. Ou seja, neste estudo de caso não é possível observar se a baixa densidade prejudica o desenvolvimento, como sugere a hipótese inicial levantada para resposta ao problema da pesquisa.

Verificou-se que, no caso de Cascavel, as dinâmicas de expansão urbana não foram planejadas e, ainda que na comparação com os correlatos, Cascavel seja a cidade com maior densidade urbana, seu desenvolvimento (analisado a partir do IDH) não segue de maneira diretamente proporcional a tal fator.

No que diz respeito à metrópole, pode-se afirmar que, ainda que seja um fenômeno complexo resultante da relação entre cidades com dependências diversas entre si, está intimamente ligado ao desenvolvimento urbano na medida em que seus reflexos são observados no espaço urbano da metrópole. Tal enfoque indica que o baixo desenvolvimento urbano pode ter repercussão sobre o processo de desenvolvimento de uma metrópole.

Assim, a hipótese de que a possível baixa densidade urbana prejudica o desenvolvimento urbano não pode ser observada no caso de Cascavel, ficando aqui refutada. Pode-se supor, porém, que, se forem consideradas para estudo de caso cidades cujo planejamento se deu de forma planejada, a hipótese e a relação sugerida no marco teórico poderão vir a ser verificadas em análise quantitativa e confirmadas em análise qualitativa.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana:** um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALEJANDRO, Carlos; SILVA, Geovany Jessé; SILVA, Samira Elias. Densidade, dispersão e forma urbana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.07, **Vitruvius**, fevereiro 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5957>>. Acesso em: 5 out. 2017.

AMMVI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ. **A região do Médio Vale do Itajaí.** 2016. Disponível em: <<http://www.ammvi.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/86435>>. Acesso em: 14 out. 2017

ARRUDA, Ângelo Marcos. A utopia das cidades compactas e sem separação de classes. **ArchDaily Brasil**, abril 2017. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/869355/a-utopia-das-cidades-compactas-e-sem-separacao-de-classes>>

compactas-e-sem-separacao-de-classes-angelo-marcos-arruda>. Acesso em: 6 out. 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **O IDHM**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 30 jan. 2018.

BARROS, Cléber. **A ideologia do movimento tenentista**. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

BEZZON, José Carlos Faim. **O planejamento para o desenvolvimento locais em cidades “glocais” brasileiras**: em direção ao novo *modus operandi* de gestão e produção da cidade. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Carlos.

BRANCO, Leo; SEGALA, Mariana. As 100 melhores cidades do Brasil para investir em negócios. **Revista Exame**, 5 out. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-futuro-esta-tracado/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, 1966.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 ago. 2017.

_____. **Lei Federal nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Vol 1. 2004.

_____. **Lei Federal nº 13.089**, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei número 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DF, 2015.

BRUGNAGO, Naira Vicensi. **Preencher os vazios**: o papel da estrutura fundiária na constituição do espaço urbano de Cascavel – das primeiras presenças à década de 1960. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

CAMARGO, Aline; PARAIZO, Lucas. **O caminho da região metropolitana**. 2017. Publicado em 12 maio 2017. Disponível em: <<https://santa.atavist.com/o-caminho-da-regiao-metropolitana>>. Acesso em: 14 out. 2017.

CANTARIM, Fernanda. **Redes urbanas como instrumento de planejamento urbano-regional**: enfoques metodológicos de estudos, planos e ações governamentais no Brasil e no Paraná, 1966-2011. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba.

CASCABEL. **Lei Complementar nº 28**, de 2 de janeiro de 2006. Altera o Plano Diretor de cascavel, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da cidade e das sedes dos demais distritos administrativos e, dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do município, nos termos da lei federal 10.257/2001 Estatuto da Cidade. Cascavel, 2006.

_____. **Cidade de Cascavel-PR:** mapa base. 2016. Disponível em: <[http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01082016_mapa_urbano\(1\).pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01082016_mapa_urbano(1).pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **Lei Complementar nº 91**, de 23 de fevereiro de 2017. Altera o Plano Diretor de Cascavel, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da cidade e das sedes dos demais distritos administrativos e, dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do município, nos termos da Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Cascavel, 2017.

_____. **Conheça Cascavel-PR:** um novo destino para negócios e eventos. Disponível em: <<http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/conheca-cascavel.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CAU – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Conheça os sete conceitos principais do Estatuto da Metrópole**. Publicado em 13 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/conheca-os-sete-conceitos-principais-do-estatuto-da-metropole/>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CONNECTED SMART CITIES. **Ranking connected smart cities:** Resultado 2015. Disponível em: <<http://www.connectedsmartcities.com.br/ranking-resultado-2015/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

DARA – Dipartimento per gli Affari Regionali e le Autonomie. **Il dossier delle Città Metropolitane:** Città metropolitana di Bologna. 2017. Disponível em: <<http://www.affariregionali.it/media/170175/dossier-citt%C3%A0-metropolitana-di-bologna.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

DAVECCHI, Alejandra Maria. Políticas de compactação urbana. **USJT. Arq. Urb.**, número 12. 2014. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/5-alejandra-devecchi.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

DIAS, Caio Smolarek. **Retorno da arquitetura modernista à metrópole do Mercosul:** Templo Ecumênico. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz. Cascavel, 2007.

DIAS, Caio Smolarek; DIAS, Solange Irene Smolarek. Identity polyphony and its enunciates at the metropolis of the Southern Common Market. In: **12th International Planning History Conference – IPHS**, 2006. Nova Deli – Índia.

DIAS, Caio Molares; FEIBER, Fúlvio Natércio; MUKAI, Hitomi; DIAS, Solange Irene Smoralek. **Cascavel:** um espaço no tempo. A história do planejamento urbano. Cascavel, PR: Sintagma Editores, 2005.

FEMMINIS, Stefano. **Qualità dello sviluppo nelle Regioni italiane.** AS 09-10, p. 669-672. 2003.

FPA – FORUM PUBBLICA AMMISTRAZIONE. **I City Rate 2016:** La classifica delle città intelligenti italiane. 2016. Disponível em <http://www.edilio.it/media//edilio/SAIE2016/2016_10_19_definitivo_progetti_ok.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme; SOUZA, Maria Adélia. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – estudos e proposições alternativas. **Estudos para o Planejamento**, 15, Brasília: IPEA; IPLAN-CNPU, 1976.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação e o município:** sua nova organização. Brasília, DF: MEC, 1993.

GARCIA, Carla Fernanda Rocha. **Planejamento urbano em Maringá, uma primazia sob suspeita:** o início dos aportes do BNH e seus desdobramentos no território. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

GHENO, Patrícia Zwetsch. **Indicador de desempenho urbano:** metodologia e perspectiva de integração. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

GHIDINI, Roberto. A caminhabilidade: medida urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos. ANTP:** Ano 33º, p. 21-33, 1º quadrimestre, 2011. Disponível em: <http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/01/10/CF0ED9C9-0025-4F55-8F7C-EDCB933E19C4.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Lissandra Guimarães. **A construção de Cascavel-PR:** da formação do pouso às ressonâncias das propostas urbanísticas de Jaime Lerner até 1989. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUMUCHDJIAN, Philip; ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

HARDT, Carlos; HARDT, Letícia Peret Antunes; PELLIZZARO, Patrícia Costa. Gestão metropolitana: relação com a população e com a qualidade hídrica. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008. Caxambu – MG.

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=41>>. Acesso em: 12 out. 2017.

IBGE CIDADES. **Panorama da cidade de Blumenau.** 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/panorama>>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. **Panorama da cidade de Cascavel.** 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/cascavel/panorama>>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. **Panorama da cidade de Maringá.** 2017c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: 13 out. 2017.

IL SOLE 24 ORE. **Qualità della vita:** la vivibilità delle province italiane da oltre 25 anni. 2016. Disponível em: <http://www.ilsole24ore.com/speciali/qvita_2016_dati/home.shtml>. Acesso em: 14 out. 2017.

IPARDES. **Caderno Estatístico – Município de Cascavel.** 2018. Disponível em: <<http://>

www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85800&btOk=ok. Acesso em: 25 mar. 2018.

IPERBOLE – La rete cívica di Bologna. **Popolazione al Censimento 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.comune.bologna.it/iperbole/piancont/Menu/cens2011_confronto_BO/Cens2011_confrontoBO_pop.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. **Le tendenze demografiche a Bologna nel 2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.comune.bologna.it/iperbole/piancont/noterapide/popolazione/2016/La%20popolazione%20di%20Bologna%20al%2031%20dicembre%202016.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONARDI, Adriano. **A dialética da organização espacial**: a metrópole de uma sociedade de elite. 2007, Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

LERNER, Jaime. **Cidade de Cascavel**: estrutura urbana. Cascavel, 1978.

LINZMAYER, Walter Gustavo. **Atividades de arquitetura e urbanismo na gestão metropolitana de Curitiba**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba.

MACHADO, Ricardo. **De colônia a cidade**: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau de fins do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MARIANO, Maicon. **“A capital do oeste”**: um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana em Cascavel-PR (1976-2010). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARINGÁ. **Lei complementar nº 145**, 24 de abril de 2012. Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 83/98, incluindo o Município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá. Maringá, 2012.

MASCARÓ, Juan José; MASCARÓ, Lúcia. Densidades, ambiência e infra-estrutura urbana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 2, n. 017.08, **Vitruvius**, outubro 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp102.asp>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MASCARÓ, Juan Luís; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Masquatro Editora, 2005.

MENCIO, Mariana; ZIONI, Silvana. A caracterização das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas pelo IBGE: limites e avanços do Estatuto da Metrópole. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2017. São Paulo – SP.

MESTRINER, Gustavo Luiz. **A cidade compacta e os projetos urbanos contemporâneos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

MIANA, Anna Christina. **Adensamento e forma urbana**: inserção de parâmetros ambientais no processo de objeto. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3), p. 239-262, jul./set. 1993.

MISael, Jéssica Karoline; RODRIGUES, Katia Fabiane. Urbanização nos municípios do oeste do Paraná no período de 1991, 2000 e 2010. In.: **I CINGEN – Conferência Internacional em Gestão de Negócios**, 2015. Cascavel – PR.

MONTEIRO, Priscila Zanon. **Os limites do planejamento urbano**: estudo de densidades e carregamentos nos eixos estruturais norte e sul de Curitiba-PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba.

OLIVEIRA, Gílson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

PARANÁ. **Lei Complementar 186**, de 12 de janeiro de 2015. Institui a Região Metropolitana de Cascavel e adoção de outras providências. Curitiba, 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PELO DESENVOLVIMENTO. Desenvolvimento humano e IDH. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/ihd0.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia GPS**: Gestão Pública Sustentável. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/gest%C3%A3o-ambiental-sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

REOLON, Cléverson Alexander. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na mesorregião oeste paranaense. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo.

REOLON, Cléverson Alexander; SOUZA, Édson Belo Clemente. **Questões conceituais**: das unidades regionais à Região Metropolitana de Cascavel. Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 113-135, jul./dez. 2006.

RODRIGUES, Ana Lúcia. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 12, p. 95-121, 2º sem. 2004.

ROLNIK, Raquel. **Verticalização**: para além do debate do sim ou não. Publicado em 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/03/27/verticalizacao-para- além-do-debate-do-sim-ou-nao/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 495**, de 26 de janeiro de 2010. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste

Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado. Florianópolis, 2010.

_____. **Projeto de Lei Complementar nº 0040.4/2015**, de 17 de novembro de 2015. Institui a Região Metropolitana do Vale do Itajaí e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Itajaí e estabelece outras providências. Florianópolis, 2015.

SANTOS, Édson Marcos. **Análise do processo de verticalização no espaço urbano de Cascavel/PR entre os anos de 1990 e 2008**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RODRIGUES, Juciano Martins. **Estatuto da Metrópole**: o que esperar? Avanços, limites e desafios. Observatório das Metrópoles. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Publicado em 22 abr. 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1148%3Aestatuto-da-metr%C3%B3pole-avan%C3%A7os-limites-e-desafios&Itemid=180#>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SOARES, Karen Alessandra Solek. **Produção da irregularidade urbana**: gestão, agentes, processos e práticas espaciais no território de Cascavel/PR. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

SOUZA, Marcelo Lopes. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um conceito-problema. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, p. 5-29, jul./dez. 1998.

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel**: a história. Cascavel, PR: Editora Gráfica Positiva, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.